

# A ATUAÇÃO DO VIGÁRIO MANOEL JOSÉ GONÇALVES PEREIRA, DA FREGUESIA DE SAUBARA, NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA (1820-1823)

## THE ROLE OF THE VICAR MANOEL JOSÉ GONÇALVES PEREIRA, FROM THE PARISH OF SAUBARA, DURING THE INDEPENDENCE OF BRAZIL IN BAHIA (1820-1823)

Islan Lucas Cruz Mota<sup>1</sup>  
Josenilda Pinto Mesquita<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo busca apresentar os resultados de uma pesquisa de um trabalho de conclusão de curso, com o objetivo de entender os interesses e o papel desempenhado pelo Vigário Manoel José Gonçalves Pereira, da igreja matriz de São Domingos de Gusmão na Freguesia de Saubara, no período de luta pela Independência do Brasil na Bahia. Sabendo que muitos sacerdotes da Igreja Católica estavam na guerra, buscamos estudar a partir das análises das cartas enviadas pelo Vigário Manoel José Gonçalves Pereira ao Conselho Interino, sediado na Vila de Cachoeira. Utilizamos uma abordagem pautada por uma revisão documental de dimensão metodológica qualitativa, o que permitiu compreender que Gonçalves Pereira desempenhou um comportamento legado por parte do clero baiano, assim como também acompanhou um ritmo de muitos combatentes da guerra em busca de recompensa por suas participações nesta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saubara; Independência; Igreja Católica; Bahia; Vigário.

**ABSTRACT:** This article presents the results of a final project research aimed at understanding the interests and role played by the Vicar Manoel José Gonçalves Pereira, of the main church of São Domingos de Gusmão in the parish of Saubara, during the period of the struggle for Brazilian independence in Bahia. Knowing that many Catholic priests served in the war, we sought to analyze the letters sent by the Vicar Manoel José Gonçalves Pereira to the Interim Council, based in Vila de Cachoeira. Our analysis was guided by a documentary review with a qualitative methodological dimension, which allowed us to understand that Gonçalves Pereira

<sup>1</sup> Graduação em História (UCSal). Universidade Católica de Salvador. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4144-3421> Email: [motaian506@gmail.com](mailto:motaian506@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Universidade Católica de Salvador. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4164-092X> Email: [josymesquita@gmail.com](mailto:josymesquita@gmail.com)

performed a behavior inherited from the Bahian clergy, as well as following the path of many combatants in the war, seeking reward for their participation.

**KEYWORDS:** Saubara; Independence; Catholic Church; Bahia; Vicar.



10.23925/2176-4174.35.2025e72589

Recebido em: 17/07/25.

Aprovado em: 06/08/25.

Publicado em: 06/08/25.

## Introdução

A independência do Brasil teve na Bahia um dos pontos de resistência mais importantes para a consolidação do rompimento com Portugal. Primeiro pelo fato de que políticas foram adotadas sobre a província com a intenção dos lusos reafirmarem o seu poder sobre a colônia, como àquela de colocar um brigadeiro português no comando das armas, provocando, assim, as revoltas dos baianos. Segundo que, com as tropas portuguesas em solo brasileiro, o país não se tornava soberano (Tavares, 2005).

Na Bahia, a guerra pela independência foi conquistada pela participação e resistência popular em diversas localidades. Dentre as diversas participações, é importante compreender que o clero desempenhou um papel relevante dada a quantidade de sacerdotes que figuraram em variados setores do exército libertador, seja de maneira direta, lutando na frente de batalha, ou indiretamente (Barbosa, 1977).

Considerando a presença maciça de eclesiásticos desempenhando funções não correspondentes ao seu papel tradicional, as construções historiográficas que deveriam compreender suas motivações são quase inexistentes (Santirocchi, 2022), deixando uma lacuna para uma prospecção sobre o tema.

Pensando nisso, o presente artigo, que é produto de pesquisas realizadas para um trabalho de conclusão de curso, tem em seu enfoque apresentar resultados da participação de um líder religioso, o Vigário Manoel José Gonçalves Pereira da Igreja

de São Domingos de Gusmão localizada da Freguesia de Saubara, nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia.

Para tal compreensão, o trabalho foi fundamentado por uma análise documental de dimensão metodológica qualitativa, com a finalidade de entender sua integração nesse contexto de guerra e suas aspirações. Para isso, foram feitas análises de quatro cartas do Vigário Manoel José Gonçalves Pereira, enviadas para o Conselho Interino na vila de Cachoeira.

Desse modo, foi possível serem observados o seu papel, suas intenções e comportamento diante da instabilidade política vigente, como também foi perceptível visualizar que o vigário desempenhou o ritmo mais evidente de parte do clero baiano.

### **Interpretação sobre a Independência e como Saubara envolveu-se nesta**

As mudanças ocasionadas em decorrência da transmigração da família real ao Brasil revelaram-se ambíguas. Enquanto o Rio de Janeiro passou a ser o centro político da coroa e no Brasil oportunizou-se uma autonomia para elite comercial que passou a lucrar mais com a abertura dos portos, na metrópole o cenário era de crise (Silva, 2012).

Como resultado desse novo contexto histórico torna-se perceptível o seguinte quadro: o comércio português se mostrou abalado, a indústria definhava, a agricultura esmorecida e os vasos que outrora percorreram os grandes mares apodreciam (*idem, ibid*, p. 13).

Dentro desse quadro, a população lusitana gritava por melhorias e é nesse sentido que se apresenta a Revolução Liberal e Constitucional do Porto, a fim de solucionar essas questões vivenciadas em Portugal, mas também de minar o poder absolutista. Como resultado dessa revolução, o rei D. João VI retorna à europa e deixa o seu filho. Na Bahia, se estabelece uma Junta de Governo.

Muito por causa das exigências impulsionadas pela revolução, diversos conflitos foram desencadeados na Bahia, haja vista que estas exigências encerrariam a liberdade que se apresentou a elite baiana desde 1808.

[...] a volta do príncipe regente do reino do Brasil, dom Pedro, para Portugal, [...] estabelecendo Lisboa como seu único centro político e administrativo; e o retorno ao antigo sistema monopolista da exportação dos produtos brasileiros centrada nos portos de Lisboa, Porto e Viana (Tavares, 2005, p. 23).

Somado a tudo isso, em 15 de fevereiro de 1822, chega em Salvador uma carta que tiraria Freitas Guimarães, que era baiano, do comando das armas e colocaria em seu lugar o militar português Ignácio Luiz Madeira de Melo (Tavares, 2005). Essa ação não agradou a população baiana, uma vez que era uma clara tentativa da metrópole em manter o seu domínio sobre as terras brasileiras.

No dia 19 de fevereiro de 1822, tropas nacionais e portuguesas entraram em vias de fato, conflito que durou até a tarde do dia 21, quando militares aquartelados no Forte São Pedro, cercado por homens de Madeira de Melo, se renderam. Com essa derrota, Freitas Guimarães é preso e levado para ser julgado em Portugal.

A partir desses acontecimentos, a capital passou a ser uma localidade considerada dominada pelas tropas portuguesas. Classificada, nesta conjuntura, enquanto espaço de insegurança, a população passou a procurar novos lugares para se abrigar, tornando-se o Recôncavo a principal rota.

A região do recôncavo constituía como sendo parte geográfica bastante favorável, visto que mantinha uma relação geoeconômica com Salvador (Guerra Filho, 2004). Este primeiro, muito por causa dos seus solos férteis, abastecia dinamicamente a capital baiana, mas também era notória por ser uma região que exportava tanto o açúcar, quanto o tabaco.

A localidade ganhou ainda mais destaque quando passou a abrigar uma oposição ao brigadeiro Madeira de Melo. Dentro desse aspecto, duas vilas ganharam relevo, são elas: Santo Amaro e Cachoeira. Tavares (2005) acresce que em Santo Amaro, após reunião do dia 14 de junho de 1822, houve um amadurecimento que se revelou como sendo um passo importante.

Mesmo percebendo que o documento aprovado pela Câmara da Vila ainda considerasse uma união entre Brasil e Portugal, o autor verifica que o governo local optou por um centro “único de Poder Executivo no Brasil exercido pelo príncipe dom Pedro” (Tavares, 2005, p. 95), configurando-se como uma ação contrária às pretensões das cortes portuguesas.

Já em Cachoeira, no dia 25 de junho de 1822, D. Pedro I foi aclamado defensor perpétuo, evento que foi surpreendido com ataques de barcos portugueses dando início, ainda segundo Tavares (2005), à Guerra de Independência. Assim, Saubara, como parte pertencente ao Recôncavo, não seria excluída desse escopo.

Saubara está localizada a 100km de Salvador, região banhada tanto pela Baía de Todos os Santos quanto pelo rio Paraguaçu, o seu nome é de origem indígena e advém de Saúva que significa “comedor de formigas” ou “Terra da Formiga” (Barros, 2002, p. 13).

Durante o período de lutas em prol da independência do Brasil na Bahia, os combatentes saubarenses, formados por homens e mulheres, liderados pelo Vigário Manoel José Gonçalves Pereira, foram cruciais à guerra (Santos, 2022). Visto que os portugueses almejavam chegar ao Conselho Interino que se instalou em Cachoeira através de Saubara, (Rocha 2005). Amaral (2005) afirma que:

Na Saubara, o Vigário padre Bernardo arregimenta suas tropas e defende, com rara bravura, aquele ponto estratégico que, dominado ou conquistado, seria talvez fatal à revolução. Feito aí algum desembarque estariam prestes, porventura, às mãos dos inimigos as Vilas de Cachoeira e S. Amaro, e com elas, o sertão (Amaral, 2005, p.9).

Argumentando sobre a mobilização que se ergueu contra a coroa no recôncavo, antes Costa (2017) revela o valor que a Junta representava para aquela conjuntura, visto que muito dos problemas causados à corte portuguesa, que originou os conflitos de fevereiro, advém de seu entorno. Com isso, a historiadora sustenta que “a junta provisória foi o principal palco organizacional do conflito na Bahia”.

Ainda segundo a historiadora, “nela [a Junta] foi pensado os espaços e divisões na província e delimitado os campos de preparação para as consequências e estratégias do movimento” (Costa, 2017). Dentro dessas especificidades, em que termos como: “organizacional”, “pensado espaços”, “preparação” e “estratégia do movimento”, identifica-se o quanto um ataque direto a Cachoeira ou a Santo Amaro poderia ser prejudicial à resistência, justamente por esses atributos e benesses pelos quais o centro dela ostentava e ofertava ao próprio movimento.

Nesse cenário, revela-se com clareza a afirmação feita por Amaral (2005), como também o imperativo do padre em assumir a liderança no amparo daquele território, os defensores tinham a função de impedir o desembarque dos lusos na freguesia e, por conseguinte, sua dominação sobre esta. Com isso, seria necessário um contingente de soldados significativo para resguardar Saubara e para isso seria aproveitado a influência do vigário nesta região.

A vigente pesquisa, então, tem como proposta metodológica uma abordagem documental com aspectos qualitativos pautadas pelas seguintes proposições: Como

o vigário se encaixou no papel desempenhado por parte do clero brasileiro e baiano? Como perceber as suas motivações ao participar da guerra na Bahia? Quais foram os benefícios alcançados?

Buscando responder às proposições, foram analisadas quatro cartas escritas pelo vigário Manoel José Gonçalves Pereira da freguesia de Saubara. Estas foram endereçadas ao Conselho Interino localizado na Vila de Cachoeira, o que nos permite entender a participação do vigário, o papel desempenhado por ele e seus interesses.

Sob a ótica de Munhós (2016), comprehende-se a carta como “gênero discursivo oferecido aos pesquisadores como fonte documental de outros tempos e espaços”. Nesse sentido, a carta “cumpre papel de relevo nas ciências humanas. As diversas áreas do conhecimento preocupadas com o passado, distante ou próximo, terão nas missivas ricos vestígios, a partir dos quais se pode investigar um tempo que não é o nosso” (*idem, ibid*, p. 336).

Deve-se levar em consideração que a análise de fontes documentais exige um rigor metodológico e cautela nas formulações e proposições interpretativas de suas dimensões. Grazziotin, Klaus e Pereira, A. P. (2022) fazem a seguinte observação:

Cellard (2012) propõe a existência de algumas dimensões inter-relacionadas do processo de análise documental; entre elas destacamos: **o exame do contexto social global no qual foi produzido o documento, para assim compreender a conjuntura política, econômica, social e cultural que propiciou a sua produção;** conhecer — por meio da análise dos dados biográficos, das ideias, motivações, posições sociais e redes de relações dos que escrevem — os produtores dos discursos analisados; identificar a importância do estabelecimento do tipo e da origem do documento, ou seja, sua procedência; realizar uma leitura preliminar para observar a lógica interna e os conceitos-chave do texto, **para assim identificar os sentidos e a historicidade dos termos empregados pelos autores;** e, por fim, realizar uma análise interpretativa que se constitua em um processo de reunião, **classificação e comparação das informações preliminares e interpretação dos textos,** com base na problemática e nos referenciais teóricos da pesquisa (*idem, ibid*, grifo próprio, p. 7).

Acompanhando os critérios apontados por Grazziotin, Klaus e Pereira, A. P. (2022) e pela percepção do primeiro trecho grifado, foi proposto tecer uma historiografia sobre o processo de Independência na Bahia e como a Igreja Católica se comportou perante o movimento, a fim de alcançar as proposições dos autores descritas no segundo grifo. Assim sendo, e à luz da abordagem supracitada, é que se examinam as cartas do Vigário Manoel José Gonçalves Pedreira, inseridas, neste caso, nas práticas socioculturais de sua época e em consonância com o seu período histórico.

## A lacuna historiográfica

As pesquisas voltadas para a independência do Brasil na Bahia são expressivas e figurando por variados trabalhos existe a presença de diversos grupos. No entanto, ainda percebe-se que, mesmo existindo uma participação significativa, há uma lacuna ao tratar da participação de clérigos dentro deste processo histórico.

Para discorrer sobre a Igreja Católica na independência, foram encontradas somente duas obras: a de Rodrigues (1972), que trata desta participação com dimensões mais nacional, como também a de Barbosa (1977), que descreve alguns líderes da Igreja Católica que estiveram no movimento emancipatório na Bahia.

Barbosa (1977), no terceiro Congresso de História da Bahia promovido por meio da iniciativa do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), aponta para a lacuna supracitada, quando chama a atenção para a pouca cobertura historiográfica que, muitas das vezes, ao tratar da temática da independência, não foi capaz de dar conta de um reconhecimento que fizesse jus à memória heróica desses sacerdotes afirmando que: “Nos compêndios e estudos referente à campanha nossa emancipação política, aparecem uns tão simplesmente mencionados em lacônicos registros, enquanto outros continuam esquecidos e ignorados” (*idem, ibid*, p. 287).

Dando prosseguimento a sua argumentação, Barbosa (1977) critica não só a falta de atenção dada ao grupo sobreditado, mas, também, ao que tudo indica, pensamentos que em sua época não objetivavam uma análise das causas que impulsionaram estas participações. É a partir dessa possibilidade a ser explorada que tenta-se entender o papel desempenhado e os interesses almejados pelo Vigário Manoel José Gonçalves Pereira.

Alguns historiadores como Pedreira (1977), Rodrigues (1972) e Barbosa (1977), citam Manuel José Gonçalves Pereira em suas respectivas obras, mencionando sua participação. No entanto, seus escritos apresentam-se com espectro descritivo, sem uma problematização que busque entender o papel desempenhado, assim como os interesses do vigário dentro daquele processo histórico.

Mesmo Barbosa (1977), que abriu aquela possibilidade a ser investigada e trabalhada, não adentra no próprio caminho, deixa-o para que outros empreendam.

Nesse sentido, buscou-se entender o que motivou o Vigário Manuel José Gonçalves Pereira a deixar as suas funções tradicionalmente voltadas para a espiritualidade, para enveredar-se por um conflito, uma guerra.

Além da ausência de trabalhos que relate a independência e líderes da Igreja Católica, as produções acadêmicas envolvendo Saubara e este processo caminha a passos lentos, poucas são as obras historiográficas que dão conta da temática. Entretanto, isso não é impensado, e sim fruto de uma segregação sistemática, haja vista que a historiografia brasileira observou a temática da independência sempre por um prisma (Costa, 2017).

A história da independência, impulsionada por uma historiografia tradicional, construiu “argumentos e análises imbuídas de visões limitadas, que supervalorizam questões econômicas, políticas e sociais das camadas mais ricas e, em alguma medida, das influências capitalista e necessidades externas” (Costa, 2017, p. 20).

Saubara, enquanto solo de combatentes populares (Santos, H. 2022), e fundamentando-se na análise de Costa (2017), constata-se que tal configuração não se enquadra nos pressupostos de uma historiografia tradicional, centrada em uma perspectiva elitista. Um exemplo dessa presença popular nas lutas pela independência são as Caretas do Mingau, constituída por mulheres negras, mas que são relegadas a um lugar de desconforto, como apontou Almeida (2017).

Se, a história do negro e da negra, ao longo desse processo de criação de uma história nacional e da busca da construção de uma identidade, esteve à margem da produção historiográfica, uma reflexão se faz fundamental: os espaços de produção dessa história, contemplam todos os grupos sociais que vivem no Brasil? Logicamente a resposta a essa indagação será negativa (Almeida, 2017).

É também em decorrência dessa sistematização que esta obra busca colaborar com a História Local, no sentido em que pretende-se relacionar com a proposta transformadora impulsionada pela mesma. Pereira (2019) destaca que, “A importância da aprendizagem de História [...] dimensionada entre o local e global, reside na possibilidade do aluno se perceber e se posicionar como sujeito dentro dos processos sociais”.

Perceber-se e reconhecer-se como agente ativo no âmbito social transpassa o caminho de uma compreensão da História Local e da sua historicidade nos períodos históricos. Dessa forma, ao discorrer sobre Saubara e a sua contribuição no processo de independência do Brasil na Bahia, como também de seu Vigário Manoel José

Gonçalves Pereira que, nesse contexto, liderou a cidade, constitui-se uma ação que corrobora para essa construção na educação tanto dos saubarenses, como também a de todos que busquem versar pelos diversos personagens e perspectivas no âmbito de uma construção da conquista emancipatória.

### **A participação do Vigário Manoel José Gonçalves Pereira na luta pela Independência do Brasil na Bahia**

Para compreender a presença de Gonçalves Pereira no conflito, bem como seu interesse, foi necessário analisar todo o cenário que envolveu a Igreja Católica desde a revolução constitucionalista até os conflitos em prol da independência. Esta primeira é porque os reformistas chegaram ao entendimento que viveriam em um ambiente onde haveria a necessidade de uma conciliação entre o antigo e o novo regime, entre o liberalismo e o catolicismo, frente à herança que este último deixou na mentalidade popular portuguesa (Sardica, 2002).

Tornar as ideias revolucionárias palatáveis, em meio as adversidades que permeavam o interior português, onde persistia a presença de um movimento contrarrevolucionário, demandava uma apropriação dos valores da antiga ordem para fomentar uma conversão de seus cidadãos ao novo. Para este processo, os revolucionários acabaram instrumentalizando a igreja.

Tendo em vista que no período discorrido verificou-se uma adoção substancial dos meios de comunicação, a Igreja Católica, concebida enquanto um espaço de interação com o público, não deixaria de ser modelo dessa intervenção política. Afinal, o púlpito tornou-se um dispositivo aglutinador entre os liberais e a sociedade.

Assim a acção da propaganda política (oral ou escrita) não pode ser minimizada quando se estuda a revolução vintista. Prova-o o discurso parlamentar e o discurso do púlpito como também o prova o grande surto de publicações — jornais, panfletos, pasquins, impressos ou manuscritos que então circularam abundantemente (Vargues, 1987, p. 450).

Uma das medidas que a corte tomou, em uso da funcionalidade da igreja para se dirigir aos fiéis, foram as publicações das Cartas Pastorais. Com isso, enquanto apoiadora da constituição, fazia com que os seus seguidores – a população – também tivessem boas perspectivas:

O projecto para que os arcebispos e bispos do reino publicassem cartas pastorais “dirigidas aos fiéis de suas respectivas dioceses, tendo por objecto recomendar-lhes a união recíproca, a sujeição ao governo estabelecido e provar-lhe que as reformas estabelecidas na administração pública e maneira

nenhuma ofendem a substância da religião Católica Apostólica Romana” (Sardica, 2002, p. 135).

Esse comportamento também foi reproduzido no Brasil. Santirocchi (2022) observou três das pastorais que foram publicadas no solo da América portuguesa, o que, segundo o autor, espelha a “análise do posicionamento de parte do “bispoado do Brasil em relação ao constitucionalismo”” (*idem, ibid*, p. 87).

Por meio das pastorais, os bispos buscaram engendrar uma própria interpretação sobre os agitados debates políticos do período vigente e foram os principais responsáveis para formação educacional política brasileira no período vintista, pois explicou aos fiéis “seu funcionamento e garantindo aos fiéis que o sistema não era contrário às suas crenças religiosas” (Santirocchi, 2002, p. 96). Dessa forma, como foi notado pelo autor, todas as três cartas cumpriram as exigências feitas pela corte portuguesa.

Já a segunda é porque esse papel desempenhado por parte do clero diante das conjunturas motivadas pelo vintismo, foi perpetrado em face da busca por apoio nacional nas lutas pela independência do Brasil, de modo que: “Os padres tomaram parte ativa na propagação das ideias, no púlpito, na imprensa, na formação da consciência individual e social” (Rodrigues, 1972, p. 309). Isso não implica dizer que houve adesão unânime do clero a favor da independência, a exemplo dos padres Inácio José de Macedo e Silva Freitas que foram contra o movimento separatista – como subentendem os autores Rodrigues (1972) e Guerra Filho (2015) respectivamente.

Sob a ótica de Rodrigues (1972), e por causa de um vínculo do clero regular secular com o povo, é que foi possível a utilização de parte do clero para uma ampla adesão deste corpo popular à causa da independência, ou até para tentar convencê-los do contrário. Para isso, os padres desenvolveram discursos persuasivos por meio de suas homilias, já que desfrutavam de “brilhantes talentos oratórios, pelos quais se distingue grande parte do clero brasileiro” (*idem, ibid*, p. 313).

Até sobre o príncipe regente, um frade teve efeito significativo, sendo o responsável por tal feito o frade D. Antônio da Arrábida, que visceralmente objetivava a liberdade nacional (Rodrigues, 1972). Barbosa (1977) também não deixou de notar que muitos clérigos foram influentes na Bahia:

Grande é o número de padres que deram adesão voluntária ao nosso movimento libertador e concorreram com os maiores sacrifícios para o triunfo da causa brasileira, orientando, estimulando e levantando as populações para um imenso sacrifício resultante das privações, tormentos, aflições e imolações para a conquista da vitória final (Barbosa, 1977, p. 288-289).

Dentro desse contexto, percebe-se os posicionamentos do vigário. Além disso, o comportamento descrito por causa da junção com imprensa portuguesa, periódica e panfletista e a igreja, esta última como principal agente doutrinador da sociedade, evidenciou-se como sendo um armamento primordial para a propaganda política em vista dos debates políticos que permeavam o processo de penetração social do movimento constitucionalista. Essa instrumentalização permitiu que o vocabulário, originado na política vintista, estivesse carregada de referências religiosas e da religiosidade portuguesa (Vargues, 1987).

Com efeito, a linguagem religiosa está bem enraizada na propaganda política do triénio liberal. Vemo-la numa análise do conteúdo dos vários discursos em que são comuns as referências à religião ou a aspectos de religiosidade, assim como no aparecimento dos muitos «catecismos» com que na época se pretendeu «doutrinar» a sociedade (*idem, ibid*, p. 452).

A adoção deste método representa uma maneira estratégica de alcançar todos os setores sociais, visto que a linguagem religiosa estava enraizada na mentalidade do corpo social português. Desse modo, essa apropriação do político ao religioso resulta em um expressionismo “místico-religioso” para animar o espírito do povo (Vargues, 1987).

É a partir daí que abundam diversos discursos incorporados das máximas, a exemplo os termos pela “Santa Causa da liberdade nacional” e a “Santa Constituição”, que também esteve muito presente na busca pela independência do Brasil. Como na América portuguesa reverberou diversos comportamentos acionados no vintismo, a ação sobredita seria mais uma a embebedar a política brasileira e principalmente a baiana. Dentro desta ótica, além do comportamento apresentado sobre a igreja, pode-se perceber pelo discurso impetrado pelo Vigário de Saubara, em algumas de suas cartas, a adoção da linguagem descrita por Vargues (1987).

De acordo com Barros (2002) e Costa e Silva (2000), o Vigário Manoel José nasceu na Freguesia de São Bartolomeu de Maragogipe em 1780, assumiu a Freguesia de Saubara no ano de 1812, como Vigário colado, vindo a falecer em 1836. No período que corresponde ao tempo da guerra, o inspetor Felisberto Gomes Caldeira nomeou o vigário como defensor da região que compreendia do rio

Paraguaçu até o rio Traripe, e o mesmo possuía a missão de não deixar adentrar na freguesia de Saubara os portugueses que almejavam chegar a Cachoeira através desta região. Como comandante, ele animou o povo, instruiu, ensinou o manejo com armas e conseguiu até formar um exército com 400 pessoas que lutaram naquela costa (Pedreira, 1977).

Visto que a ação da igreja era de articuladora social, torna-se bem provável que a adesão do Vigário de Saubara à guerra foi impulsionada por sua funcionalidade dentro da sociedade, o que favorecia sua conexão mais rente ao povo. Uma vez que o mesmo destaca em sua “*Carta a respeito do recebimento de munição e posicionamento das barcas inimigas entre as Ilhas do Medo e da Fonte*” às suas atribuições para com a comunidade ao dizer que não pouparia trabalhos e “desvelos para pôr em segurança esta porção de cidadãos de que sou o Mestre, Pai Espiritual e hoje soldado defensor” (Pereira, Vig. M., 1822).

Sua posição denota uma grande capacidade de influência social, permitindo que os seus liderados recebessem suas imposições, sem, talvez, objeções, aderindo assim ao conflito contra os portugueses. Por outro lado, cabe pontuar que por mais que o vigário fosse um agitador das massas, essas massas possuíam vontade própria e isso se refletia justamente nos diversos interesses e projetos de independência, o que não é proposta deste artigo desenvolvê-los.

As investiduras sobre o vigário oportunizaram sua funcionalidade em prol da causa independentista. Nota-se esse aspecto quando Francisco Vicente Viana envia uma carta ao imperador, destacando alguns protagonistas do movimento independentista e, dentre estes, ele realça o padre Manoel José Gonçalves Pereira, acentuando o seguinte:

O Padre Manoel José Gonçalves Pereira, Vigário colado da Freguesia de S. Domingos da Saubara, distante desta Cidade sete légoas, e à borda do mar. Pretendendo muitas vezes o inimigo desembarcar neste lugar para atacar por terra as Vilas de Santo Amaro e Cachoeira, centro do Governo, este Eclesiástico animou os Povos daquele distrito, que fizeram a mais crua guerra aos invasores (Viana, 1824 *apud* Pedreira, 1977, p. 81-83).

Sob essa perspectiva, verifica-se sua mediação na relação da Junta Interina com o povo. Já na “*Carta sobre o ataque das barcas inimigas à Ilha de Santo Antônio da Freguesia de Madre de Deus do Boqueirão*” de 24 de novembro de 1822, essa funcionalidade do vigário, como articulador social, torna-se mais cristalina.

Por causa dos ataques feitos a ilha de Santo Antônio da freguesia de Madre de Deus e no Lobato, o vigário adotou determinadas medidas protetivas, tais como: “simulados feito retirar os gados da beiramar desta Freguesia, e sua costa também famílias e seus preciosos, e nas estação”. Para indicar ao povo essas decisões, ele se apropriou da Missa Conventual – esta ocorria aos domingos e feriados santos, onde se tornam mais numerosos os seus ouvintes – com o objetivo de passar orientações alinhadas com o governo:

Da Missa Conventual fiz uma fala ao povo sobre esta mesma coisa, fazendo-lhe ver que a determinação do Exmo. Governo eram medidas de cautela, pois nada havia a temer. Fico muito certo que o Exmo. Governo não perde ocasião de promover o bem e a segurança pública, e eu aproveito esta para de novo protestar a V. Exa. que jamais me pouparei a trabalhos necessários à segurança da Santa Causa que advogamos (Pereira, Vig. M., 1822).

A presente ação converge com o desempenho mais notório apresentado pela Igreja Católica brasileira e baiana, considerando que os púlpitos entre 1820-1823 paramentam-se dos discursos políticos vigentes, mas também das orientações governamentais. Desta forma, consegue-se afirmar que o padre Manoel José Gonçalves Pereira refletiu o mesmo comportamento, dado que o seu púlpito funcionou como um canal midiático a serviço do Conselho Interino.

Para além disso, como foi discorrido sob a ótica de Vargues (1987), muitos dos discursos do vigário apontam para o uso da linguagem mística-religiosa. Essa linguagem se conecta sempre quando ele afirma seu intento, mas atrelando-a ao discurso persuasivo que buscou ratificar sempre o cumprimento de sua missão. São os casos das “*Carta a respeito do recebimento de munição e posicionamento das barcas inimigas entre as Ilhas do Medo e da Fonte*” e “*Carta sobre o ataque das barcas inimigas a Ilha de Santo Antônio da Freguesia de Madre de Deus do Boqueirão*”.

Na “*Carta sobre o ataque das barcas inimigas a Ilha de Santo Antônio da Freguesia de Madre de Deus do Boqueirão*”, que é a mesma onde ele se apropria de uma missa para passar orientações ao povo, e muito por conta dos riscos das possíveis investidas dos portugueses, o vigário afirma “que jamais me pouparei a trabalhos necessários à segurança da Santa Causa que advogamos” (Pereira, Vig. M., 1822).

Já na “*Carta a respeito do recebimento de munição e posicionamento das barcas inimigas entre as Ilhas do Medo e da Fonte*”, de 20 de novembro de 1822, aquela onde o vigário descreve suas funções para com o povo, ele é mais

sensacionalista – muito por causa do risco que lhe ocorria diante dos reforços que chegavam para os portugueses:

Duas das Barças inimigas que existem ancoradas não longe desta Costa, e a perseguem, como tudo tenho feito ver a V.Exa., ontem seguiram viagem para a Bahia, e ao seu regresso trouxeram mais três grandes barcos que se reuniram ao malfazejo Comboio, e por isso considero atacados os pontos desta Costa, e eu então sem armas bastantes para a devida defesa, e mesmo sem Artilharia para impídir aproximação delas à terra, pois que tendo há muito pedido esse socorro ao Ilmo (Pereira, Vig. M., 1822).

Ainda na “*Carta a respeito do recebimento...*”, ele reclama que pediu auxílio, mas que não fora atendido, e afirma que não deve ser culpado caso aconteça alguma coisa a Freguesia de Saubara:

Comandante da Vila de S. Amaro, e há dias ao Exmo. Governo por ofícios dirigidos a V. Exa., té o presente não tem sido atendidos minhas tão justas súplicas, pelo que parece que não devo responder por algum mau acontecimento que assim mesmo espero o não haja (Pereira, Vig. M., 1822).

No entanto, ele reafirma a sua missão e o seu discurso assume um caráter intrinsecamente religioso ao afirmar que jurava perante “Céu e Nação não perder”. Se no vintismo essas expressões tinham a intenção de elevar o espírito do público alcançado pela mídia, aqui o padre o faz no intuito de não desanimlar os membros do Conselho Interino, haja vista que antes apresentou uma situação problemática e antagônica ao desejo daquele governo, o que poderia levar a cabo a defesa de Saubara.

Guerra Filho (2015) descreve as aversões – a partir do momento em que vai se constituindo a identidade brasileira na Bahia no período da guerra – entre portugueses europeus e os portugueses americanos. Algumas das especificidades, mas amparado por uma complexidade em entender o que busca diferenciar cada grupo, é o fato deste momento não ser designado quem é português e quem é baiano a partir do campo da nacionalidade como o lugar de nascimento, mas diante da causa que cada indivíduo tomava para si.

Um dos mais eloquentes exemplos desta construção na Bahia de 1822-1823 é o fato de que o posicionamento político frente à Independência e à guerra dela decorrente tenha sido um definidor de nacionalidade muito mais importante do que o local de nascimento ou mesmo a condição jurídica nacional (Guerra Filho, 2015, p. 70).

Em vista disso, aqueles que defendiam os interesses lusitanos eram inimigos, mesmo sendo nascidos no Brasil. Por outro lado, aquele que fosse um amante da causa brasileira, independente de ser este um europeu, era reconhecido como amigo.

Ao lado desse comportamento e dentre outros, estava um esforço para firmar o caráter moral dos brasileiros e dos portugueses como objeto também definidor das diferenças entre esses grupos opostos.

Ainda segundo Guerra Filho (2015), esta natureza só é nítida a partir da “gama de adjetivos que são utilizados por parte dos sujeitos”. Esta tinha a clara intenção de delimitar o comportamento de cada, disseminando que os brasileiros eram moralmente superiores aos portugueses.

Vargues (1987) também descreve que quando o movimento contrarrevolucionário estava ganhando força em Portugal, uma das saídas para os liberais, além das prisões, foi descharacterizar através de adjetivos pejorativos os seus inimigos: “A resposta liberal não se faz esperar: para além de prisões e afastamento desses elementos desestabilizadores do regime tenta-se então atacar pela palavra. Na imprensa multiplicam-se as referências pejorativas: os absolutistas são apelidados pelos liberais de «corcundas» ou «servis»” (*idem, ibid*, p. 460).

A partir de ambos os autores, pode-se compreender que esse comportamento estava atrelado a uma tentativa de representar que os respectivos inimigos não objetivavam a liberdade implementada por cada movimento. Essa dualidade desaguou-se em uma explícita categorização do que era considerado virtuoso em detrimento do que seria o malévolos, intencionando-se na tentativa de alienação da opinião pública por imergir nesta lógica. Dentro desse cenário, a “*Carta sobre o ataque a Barra de Santo Antônio*”, de 31 de março de 1823, do vigário produz os efeitos inequívocos dessa postura:

Hoje na volta das 12 horas da manhã deram alguns tiros de peça para a parte da malfadada Bahia; as seis horas da tarde entraram pela Barra de S. Antonio dois vasos de três mastros, e um de dois, e neste momento, que são sete da noite, vejo iluminada a Cidade, pelo que me persuado ter chegado o socorro de marotos prestado pelas infames Cortes de Lisboa a favor do quadrúpede Madeira, contra a justa Santa Causa da Independência do Brasil (Pereira, Vig. M., 1823).

Os ataques são direcionados às Cortes e ao general Madeira de Melo e que começam após a sinalização da chegada de reforços. Os adjetivos pejorativos são caracterizados como “infame” e “quadrúpedes” aos respectivos endereçados. Enquanto que às Cortes o vigário adere a condição de desacreditada ou desonrada, ao brigadeiro Madeira de Melo ele confere suas ações a um comportamento não

humano, qualificando-o como tendo uma conduta moralmente equivalente a de um animal.

Por fim, devido a sua pressuposição, ele indica que a ação dos possíveis reforços emendava uma atitude contra a “Santa Causa da Independência”, utilizando-se da expressividade de efeito que desta vez despontava para afirmar uma evidência de que, na sua compreensão, os reforços abarcavam um deslocamento em combate ao movimento separatista e consequentemente a possível liberdade que este almejava.

Assim sendo, indiscutivelmente comprehende-se que o Vigário Manoel José Gonçalves Pereira esteve implicitamente empreendendo um ritmo que lhe foi legado tanto do entrelaçamento Igreja-Estado ao movimento revolucionário, quanto daquele que originou a soberania brasileira.

### **A motivação e benefícios do Vigário para sua adesão à guerra**

Houve na Bahia no pós-guerra uma disputa por cargos públicos, estimulada por um patriotismo acionado por intermédio dos serviços prestados na guerra. Guerra Filho (2015), analisando a obra de Accioli sobre antilusitanismo, descreve que o volume IV contempla os episódios de dezembro de 1823 a 1831.

Dentre os eventos descritos pelo autor, sobre a obra referida, estão alguns levantes que “exigiram das autoridades baianas a demissão de portugueses de cargos públicos” (Guerra Filho, 2015, p. 38). Ainda segundo o autor, esse preenchimento já perdurava durante os embates, visto que muitos defensores dos interesses portugueses haviam sido destituídos ou demitiram-se dos cargos.

As disputas por cargos na Bahia não era uma ação inédita, visto que desde a Conjuração dos Alfaiates os nativos reclamavam suas investiduras nestes. Dentre as disputas, estavam as posições eclesiásticas. Santos, I. (2014), faz a seguinte observação interpretando Affonso Ruy:

Esta iniciativa separatista dos revolucionários foi retirada do discurso do inconfidente baiano Luiz Gonzaga das Virgens. O mesmo discurso defendia, sobretudo, que a medida era fruto da falta de participação dos “homens da zona tórrida” nos cargos públicos, incluídas a admissão nas corporações da Igreja pública. Queixava-se o revoltoso que só lhes era permitido (*idem, ibid*, p. 68).

Os cargos tornaram-se objeto de recompensa para os que se destacaram no percurso onde se gestou a soberania brasileira. Guerra Filho (2015) comenta que o

Governo da Província da Bahia solicitou “às Câmaras de todas as Vilas que produzissem e enviassem listas onde estivessem relacionados àqueles que mais teriam se destacado na luta” (*idem, ibid*, p. 93).

Essa solicitação foi orientada pelo imperador, já se direcionando para apresentar uma mudança do panorama vivenciado na conjuração baiana. O autor ainda conclui que “as listas foram utilizadas para condecorações e mesmo concessão de pensões ou empregos públicos” (Guerra Filho, 2015, p. 95).

Os cargos competentes aos eclesiásticos já sofriam petições desde o período da guerra e eram desejados por religiosos, que tinham enquanto principal argumento para serem empossados “o nacional” (Guerra Filho, 2015). Na Bahia, entre 1821-1823, o cargo de arcebispo era ocupado pelo português D. Frei Vicente da Soledade Dias de Castro, que nunca pisou os pés nas terras baianas, mas governou por procuração (Câmara, 2010).

De acordo com Barbosa (1977) e Guerra Filho (2015), o Deão João Fernandes da Silva Freitas, que era nativo e foi vigário capitular, assumiu o cargo de bispo da Bahia e, consequentemente, era direcionado por D. Vicente. O primeiro preferiu retirar-se com as tropas portuguesas no dia 02 de julho de 1823. Aliás, após a ruptura das nações antagônicas, comerciantes portugueses desejaram que Silva Freitas se tornasse arcebispo da Bahia (Guerra Filho, 2015).

Pelos serviços prestados ao imperador, o Vigário Manoel José Gonçalves Pereira é nomeado no lugar do desertor. Segundo Pedreira (1977) e Costa e Silva (2000), o próprio presidente da província tratou de enviar seu nome para ser agraciado pelo imperador D. Pedro I. Francisco Vicente Viana tratou de destacar o seu heroísmo e como o vigário animou o povo. Assume, então, Gonçalves Pereira o posto de Deão e temporariamente o bispado da Bahia. O mesmo empossou em 1828 para arcebispado o D. Romualdo (Barbosa, 1977).

Essa ascensão hierárquica, como também o reconhecimento por parte do imperador, podem ter sido as engrenagens pelas quais o vigário se apoiou e se envolveu no conflito. Krause (2010), olhando para o século XVII, aponta para os pedidos de mercês – recompensas pelos serviços prestados ao governo português através de seus vassalos. Buscou-se, através da guerra contra os holandeses no nordeste brasileiro, o mérito e a honra.

Tal recompensa estava intrinsecamente relacionada a uma forma atrativa para se conseguir soldados. Krause (2010) percebeu a apropriação de uma linguagem bastante comum entre os pedintes das mercês:

[...] todos os pedidos são direcionados à “Vossa Majestade” e é esta persona quem concede mercês, mesmo que os serviços sejam representados como tendo sido feitos à Coroa. Assim, tanto “Coroa” quanto “Vossa Majestade” representavam a perpetuidade da instituição monárquica, a receptora em última instância dos serviços dos vassalos, para além do monarca individual (*idem, ibid*, p. 31).

Guerra Filho (2015) também já havia apontado o patriotismo e a nacionalidade – dentro do contexto da época – como sendo ferramentas para se obter vantagens durante e no pós-guerra, e percebe-se ambas as relações através da *“Carta sobre a nova nomeação do Comando da Guarda do Porto do Rio da Barra do Paraguassú até o Rio Traripe”*, enviada no dia 6 de fevereiro de 1823.

O vigário recebe nova nomeação para as defesas de Saubara, o que indica que foi retirado do posto por algum tempo, a partir daí buscou-se entender se sob a sua égide estaria a mesma extensão de terra que compreendia os limites do rio Paraguaçu até o Traripe. Ele entende ser honrado quando é posto como comandante novamente da mesma localidade, no entanto afirma que se “escusaria de tudo quanto fosse responsabilidade proveniente de Comando”, pois o seu desejo era somente servir como soldado à “Nação, e ao Imperador, do qual estarei sempre pronto para dar todas as provas” (Pereira, Vig. M., 1823).

Nota-se em seu discurso o patriotismo apontado por Guerra Filho (2015). No entanto, para além disso, ao se direcionar ao imperador, a sua fala assume um caráter intrínseco que demandava legitimação e reconhecimento por parte do próprio imperador, mesmo tendo enviado a carta ao Conselho Interino, o receptor em última instância pelos serviços de Gonçalves Pereira era D. Pedro I.

Assim, percebe-se um discurso muito semelhante aos das mercês, apontado e reconhecido por Krause (2010), como instrumento para reclamar as vantagens dos soldados pelos serviços feitos ao monarca português que, neste caso do Vigário de Saubara, era o imperador.

Para além disso, e sobre as listas que tinham como objetivo atender ao pedido do imperador, como pontuou Guerra Filho (2015), as chamadas “Listas Patrióticas”. Guerra Filho (2015) observou que, no caso específico de Saubara, a lista foi redigida pelo próprio vigário. Tal fato levanta a hipótese de que o vigário pode ter exaltado os

seus feitos angariando reconhecimento e vantagens pessoais. Sobre este assunto, pretende-se abordar em uma outra oportunidade.

Ressalta-se contudo que, as exaltações feitas por Viana, supracitadas neste trabalho, podem ter sido orientadas por essa lista (Pedreira, 1977). Se isso de fato for constatado, revela-se como sendo mais uma evidência de que Gonçalves Pereira desejaria ser recompensado por sua participação na guerra.

A guerra da independência do Brasil na Bahia oportunizou vantagens para alguns dos protetores dos interesses do Brasil e com a Igreja Católica não foi diferente. Guerra Filho (2015) aponta, inclusive, outros vigários que conseguiram cargos – uns até assumiram postos em igrejas coladas, aquelas públicas.

Desse modo, não podemos deixar de escrutinar que o intervalo temporal dos conflitos se apresentou para o Vigário da Saubara como uma grande oportunidade para ser notado, para o seu crescimento social, e para avançar nas estruturas hierárquicas da Igreja Católica brasileira.

### **Considerações finais**

Através da análise do contexto ao qual a Bahia e o Brasil oitocentista estavam inseridos, foi possível traçar um panorama que nos possibilitou situar a Freguesia de Saubara e o seu Vigário Manoel José Gonçalves Pereira como personagens emblemáticos durante as lutas pela independência ocorridas na Bahia. Entendeu-se que Saubara foi peça chave deste dinamismo, haja vista que funcionou para assegurar a integridade do Conselho Interino, atuando como uma das fronteiras de resistência do avanço das tropas portuguesas na Costa do Recôncavo.

O conflito na Bahia se encerrou com a retirada das tropas portuguesas da capital no dia 02 de julho de 1823, construindo-se como fator crucial para a constituição da soberania brasileira e formação de um estado independente. Dentro deste cenário, em que diversos grupos estavam lutando por suas autonomias, encontra-se também a Igreja Católica na figura do clero baiano, através de personagens singulares como foi o caso do Vigário de Saubara.

A análise do personagem histórico Manoel José Gonçalves Pereira possibilitou compreender a função mais definidora de parte dos membros da Igreja Católica nesse processo separatista: mediando sempre a relação entre o governo e o povo, tornando-

se um animador das massas para, também, por meio de discursos, recrutar entusiastas para a defesa do território saubarense.

Além do mais, foi possível inferir que o vigário refletiu o mais notório comportamento da sociedade baiana que buscou por meio do patriotismo recorrer e assumir locais de destaque na hierarquia social e empregos públicos, que no caso dele limitou-se à esfera eclesiástica.

Conclui-se, então, que ao trabalhar sob a ótica que possibilitou notar o empreendimento do vigário na guerra, bem como as suas motivações e os benefícios adquiridos por tais, através de suas quatro cartas estudadas, projetou-se uma nítida elucidação da funcionalidade desempenhada por sacerdotes no movimento independentista e suas razões.

É válido frisar que existem vinte e oito cartas escritas pelo vigário localizadas no arquivo digital do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Todavia, as quatro cartas utilizadas encaixam-se perfeitamente nos limites propostos neste artigo, haja vista que é possível observar a sua motivação, o seu papel e o discurso perpetrado por este durante o período de instabilidade política analisado. Assim, ciente das delimitações desta pesquisa e da vasta documentação histórica propiciada pelas cartas escritas pelo vigário, almeja-se continuá-la em possíveis projetos futuros.

## Fontes

Pereira, Vigário Manoel José Gonçalves. **Carta a respeito do recebimento de munição e posicionamento das barcas inimigas entre as Ilhas do Medo e da Fonte.** Destinatário: Conselho Interino do Governo. Vila de Saubara, 20 nov. 1822. 1f; 2p; original; manuscrito; em papel. Disponível em: <http://www.atom.fpc.ba.gov.br/index.php/carta-a-respeito-do-recebimento-de-municao-e-posi%cc%83cionamento-das-barcas-inimigas-entre-as-ilhas-do-medo-e-da-fonte>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Pereira, Vigário Manoel José Gonçalves. **Carta sobre o ataque das barcas inimigas a Ilha de Santo Antônio da Freguesia de Madre de Deus do Boqueirão.** Destinatário: Conselho Interino do Governo. Vila de Saubara, 24 nov. 1822. 1f; 1p; original; manuscrito; em papel. Disponível em: <http://www.atom.fpc.ba.gov.br/index.php/carta-sobre-o-ataque-das-barcas-inimigas-a-ilha-desanto-antonio-da-freguesia-de-madre-de-deus-do-boqueirao>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Pereira, Vigário Manoel José Gonçalves. **Carta sobre o ataque a Barra de Santo Antônio.** Destinatário: Conselho Interino do Governo. Vila de Saubara, 31 mar.

1823. 1f; 1p; original; manuscrito; em papel. Disponível em:  
<http://www.atom.fpc.ba.gov.br/index.php/carta-sobre-o-ataque-a-barra-de-santo-antonio>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Pereira, Vigário Manoel José Gonçalves. **Carta sobre a nova nomeação do Comando da Guarda do Porto do Rio da Barra do Paraguassú até o Rio Traripe**. Destinatário: Conselho Interino do Governo. Vila de Saubara, 06 fev. 1823. 2f; 3p; original; manuscrito; em papel. Disponível em:  
<http://www.atom.fpc.ba.gov.br/index.php/carta-sobre-a-nova-nomeacao-do-comando-da-guarda-do-porto-do-rio-da-barra-do-paraguassu-ate-o-rio-traripe>. Acesso em: 26 nov. 2024.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Vanessa Pereira de. **A Guerra tem rosto de mulher**: as Caretas do Mingau! Narrativas da Independência da Bahia em Saubara. Dissertação de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Cachoeira, 2017.

AMARAL, Braz do. **Ação da Bahia na Obra Nacional**. Salvador: EDUFBA, 2005

BARBOSA, Manoel de Aquino. O Clero e a Independência na Bahia. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v. 86, p. 287-298, 1977.

BARROS, Judite Santana. **Saubara dos cantos, contos e encantos**. Feira de Santana: Relomaq Gráfica, 2002.

CÂMARA, Fernando. A arquidiocese de São Salvador da Bahia e seus bispos. **Revista do Instituto do Ceará**, p. 49-72, 2010.

COSTA, Tamires Conceição. **A independência do Brasil na Bahia**: memória e patrimônio no Recôncavo. 2017. Relatório final (Mestrado Profissional em História da África, Diáspora e Povos Indígenas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.

COSTA E SILVA, Cândido da. **Os Segadores e a Messe**: o clero oitocentista na Bahia. Salvador: EDUFBA, 2000.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 33, e20200141, 2022.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O povo e a guerra**: participação das camadas populares nas lutas pela independência. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2004.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O Antilusitanismo na Bahia do Primeiro Reinado (1822-1831)**. 2015. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em História Social. Salvador: PPGH-UFBA, 2015.

KRAUSE, Thiago Nascimento. **Em busca da honra**: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641 – 1683). Orientador: Prof. Dr. Ronald Raminelli. 2010. Dissertação de mestrado (Mestrado) - Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MUNHÓS, Fernando. As cartas também constroem a história: potencialidades em uma conversa vinda do passado. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 64, p. 336-342, ago. 2016.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Memória histórico de geográfica de Santo Amaro**. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1977.

PEREIRA, Aldiceia Machado. **Importância da história local para o ensino de história**: um olhar para o município de Duque de Caxias. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2024.

ROCHA, Renata Trindade. **Sobrados e coretos**: breve história de dez municípios do interior da Bahia e suas bandas contempladas pelo projeto Domingueiras. Coleção Apoio. Secretaria da Cultura e Turismo, Salvador, 2005.

RODRIGUES, José Honório. O Clero e a Independência. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 32, fasc. 126, p. 309-326, jun. de 1972.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Cartas Pastorais Constitucionais no contexto da Independência do Brasil: dioceses setentrionais (1822). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n. 91, p. 77-100, 2022.

SANTOS, Heriberto Gregório dos. “**Se o Dois de Julho morrer, o que será de nós?**”: a participação de Saubara nas lutas pela independência da Bahia em 1822-23. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

SANTOS, Israel Silva dos. Capítulo II – D. Romualdo Antônio de Seixas: caminhos políticos. In: Santos, Israel Silva dos. **D. Romualdo Antônio de Seixas e a Reforma da Igreja Católica na Bahia (1828-1860)**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SARDICA, José Miguel. O vintismo perante a igreja e o catolicismo. **Penélope**, n. 27, p. 127-157, 2002.

SILVA, Marcelo Renato Siquara. **Independência ou morte em Salvador**: o cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileira

(1821-1823). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005.

VARGUES, Isabel Nobre. Linguagem religiosa e propaganda política: (1820-1823). **Revista de História das Ideias**, Coimbra, 1987.